

10. Reflexões finais

10.1 Introdução

O facto de não ter considerado alguns factores intervenientes, de mais curto prazo, designadamente a conjuntura resultante da invasão de Angola em apoio às operações da UNITA e para tentar conter a presença e actividade das forças cubanas, pode ser objecto das possíveis críticas que venham a ser formuladas à tese ou explicação aqui proposta sobre o relativamente pacífico processo de transição do regime de *apartheid* para o actual regime de democracia de carácter não racial.

Com efeito, o envolvimento das forças armadas sul-africanas (SADF-*South Africa Defense Force*) em território angolano acabou por vir a ter um desenlace, geralmente tido como negativo, na sequência da batalha de Cuito-Cuanavale, em Agosto de 1988. Esse desenlace que, para a generalidade dos observadores, se traduziu numa derrota das tropas sul-africanas, levantamento do cerco que mantinham à base angolana de Cuito-Cuanavale e sua retirada para a Namíbia, constituía também a conclusão de um envolvimento militar, mais ou menos discreto e que durava já desde 1966 – nos meios sul-africanos, a chamada *Border War*. Esse envolvimento e o seu desenlace contribuíram certamente para o despertar de consciência política por parte de muitos dos jovens militares sul-africanos (de recrutamento obrigatório), relativamente ao seu envolvimento em acções fora das fronteiras do seu país, e mesmo relativamente à natureza do Estado que eram supostos defender. Um outro factor interveniente, também por vezes referido na literatura, foi a crise financeira ou de balança de pagamentos externos, em fins dos anos 80. Tal como foi anteriormente assinalado, adoptou-se aqui, de forma decidida, uma abordagem de longo prazo em que a unidade de medida temporal relevante seria a década. Nestas condições, dir-se-á então que foi uma opção consciente o deixar-se de analisar em detalhe o impacto do envolvimento militar em Angola, relativamente ao despoletar do processo de transição para a democracia plurirracial na África do Sul.

Entretanto, ao longo da investigação bibliográfica efectuada, foram encontrados quatro tipos de explicação para o «como» e o «porquê» da forma assumida pela transição para a nova África do Sul. Essas diversas explicações tinham (e têm) normalmente subjacentes uma determinada racionalidade postulada acerca dos actores sociais envolvidos. As explicações mais comuns apresentam, como premissa, o alegado facto de que os dirigentes políticos sul-africanos tinham tido como objectivo primário, a manutenção da supremacia branca a todo custo. A esse respeito, os críticos mais radicais defendem a ideia de que o objectivo era, através da discriminação racial, maximizar a explora-

ção capitalista da mão-de-obra africana. Para os autores liberais a manutenção da supremacia branca, e por conseguinte, do regime de *apartheid*, acabaria por se ter tornado num empecilho à maximização do ritmo de acumulação. Para os autores marxistas, pelo contrário, o regime de *apartheid* teria sido antes um instrumento da maximização desse mesmo ritmo de acumulação. É assim que se explica a proliferação de livros, ensaios e artigos defendendo – implícita ou explicitamente – a ideia de um «milagre», apenas possível pela conjunção de personalidades como Mandela e De Klerk, muito em especial Mandela. Allister Sparks e Patti Waldmeier são, a esse respeito, os analistas mais conhecidos. Alguns outros autores, como Hein Marais ou Thomas Koelbe, falam antes do fenómeno da globalização, mas numa perspectiva de contágio e onda de liberalização, face ao colapso da URSS e do chamado «socialismo real». Estes e outros autores referem também um «cansaço dos dirigentes sul-africanos» face à crescente pressão da opinião pública mundial e, em particular, dos dirigentes norte-americanos e britânicos, aliados tradicionais, ainda que críticos, do regime de *apartheid*. Finalmente – e no campo dos chamados radicais – a causa primária teria sido a «luta de libertação nacional» prosseguida ao longo de três décadas pelo ANC e também, ainda que em muito menor medida, pelo PAC.

Neste trabalho defendeu-se a ideia de que todas estas análises e explicações cometem o erro analítico de subsumir a liderança africânder no todo da sociedade sul-africana de origem europeia, passando de lado em relação à clivagem étnica entre africânderes e sul-africanos de origem britânica. Como tal, esses autores não poderiam perspectivar como uma explicação para a nova atitude por parte dos dirigentes africânderes relativamente à mudança, o facto concreto e mensurável de esses dirigentes terem conseguido atingir o objectivo histórico que se tinham proposto: alcançar a paridade social e económica com os ingleses.

Por outro lado, e para continuar com este resumo final das teses aqui defendidas, haverá a considerar a questão da afirmação identitária por parte dos africânderes e da sua actuação planeada ao longo de décadas. Como assinalam John Fisher ou Hermann Gilliomee, a afirmação identitária dos africânderes, ao longo de décadas, assumiu várias formas. Para efeitos deste resumo importa sobretudo assinalar a formação, em 1918, da irmandade *Afrikaner Broederbond*, até porque foi esta associação que veio a estar na origem do movimento económico pan-africânder, nomeadamente através da organização de congressos para uma regeneração económica da comunidade nacional africânder, assim como na valorização, inclusive, económica da língua *afrikaans* (ao incitar à preferência do comércio em lojas onde se falasse *afrikaans*), e na resolução do problema dos «brancos pobres», na sua quase totalidade bôeres arruinados pela guerra, desapaosados da terra e recém-urbanizados, assim como e

sobretudo, no lançamento de diversas empresas estatais. Deste modo, emergiu e consolidou-se uma consciência de solidariedade nacional, sobrepondo-se aos normais conflitos ou tensões de classe dentro da comunidade africânder, resultando dessa solidariedade nacional uma espécie de contrato fordista de carácter exclusivista e racial. *Reddingsdadbond*, *Helpmekaar* e *'n volk red homself* são expressão e palavras de ordem representativas desse movimento económico pan-africânder.

10.2 Ideias mestras, perspectivas e teses

A primeira reflexão a fazer é sobre facto prosaico de, em ciência sociais, todo esforço analítico começar por ser também um esforço de simplificação de uma realidade, quase sempre, extremamente complexa (Luhmann *in* Camou & Castro, 1997). No caso da tentativa de análise do comportamento histórico de um grupo social, é inevitável que muito fique por discutir. Da leitura deste livro, espera-se que tenham vindo claramente ao de cima três ideias mestras:

A utilização de uma escala de tempo medida em décadas;

A utilização do conceito de sistema-mundo (âmbito planetário) como unidade analítica relevante;

O carácter não dicotómico da análise efectuada.

Ao carácter não dicotómico deverá corresponder uma gradação contínua entre os diversos ramos da ciência. Relativamente à problemática analítica ou «problema científico» que era suposto estar subjacente a este livro, importa recapitular quatro perspectivas que estiveram em pano de fundo.

Em primeiro lugar, a crise sistémica e epistemológica. Por um lado, a crise em que, desde há cerca de 30 anos, está mergulhado o sistema-mundo; por outro lado, a crise da reflexão científica a esse respeito. Basta refirir apenas alguns livros que falam de uma crise ou mesmo de um alegado fim da ciência económica, tais como Ormerod (1994) e Trevithick (1977), ou ainda a colectânea de ensaios na revista *L' Economie Politique* do primeiro trimestre de 2001: *Sciences Économiques, un enseignement en crise*. Por outro lado, e na pessoa de William Martin, a chamada escola do sistema-mundo reconhece também a escassez de estudos sobre a crise africana.

Em segundo lugar, considera-se aqui a África do Sul como o exemplo mais representativo da lógica do funcionamento do sistema-mundo. Alguns autores como Hein Marais e Samir Amin, por exemplo, falam da África do Sul como um «microcosmos» da economia mundial.

A terceira perspectiva, eventualmente mais polémica ou simplesmente mais problemática, prende-se com a discussão e a presença em pano de fundo da tendência decrescente da taxa de lucro. Assumiu-se a tese de que esta

tendência está para o comportamento da economia mundial como a força de gravidade está para o planeta Terra.

Finalmente, a quarta perspectiva toma em consideração a racionalidade dos actores sociais envolvidos e do seu papel, em particular, das empresas, como vectores de modernidade e mudança da mundivisão dos dirigentes africanos.

Consideradas estas quatro perspectivas, neste livro cruzaram-se três teses fundamentais: 1. a tese de que os dirigentes africanos prosseguiram, desde o fim da Guerra dos Bôeres, o objectivo estratégico de alcançarem a paridade social e económica com os ingleses, sendo que foi esse objectivo profundo e fundamental que condicionou todo o comportamento social e político dos africanos em geral e das suas elites em particular; 2. a tese de que foi justamente com a incorporação da África do Sul no sistema-mundo que este passou de uma situação de sistema aberto (ou em expansão) para uma situação de sistema fechado; 3. a tese de que a tendência decrescente da taxa de lucro está por trás ou, se preferirmos, por baixo, subjacente, da crise sistémica, que afecta a economia planetária desde há cerca de trinta anos. Assim, a curva ou onda de Kondratieff, sistematicamente referida pelos estudiosos da escola wallersteiniana, seria como que um epifenómeno, ou a manifestação estatisticamente visível, dessa queda tendencial da taxa de lucro.

10.3 Os objectivos e as conclusões

Neste livro comecei por propor discutir a maneira como o conjunto de entidades ou instituições sediadas ou localizadas na África do Sul assumiriam, explícita ou implicitamente, o papel de actores decisórios a nível da semiperiferia. No entanto, no decurso da investigação efectuada, vim naturalmente a identificar um grupo de actores particularmente relevante e cujo comportamento se verificou ser determinante para o processo em investigação e que dá o título a este estudo. Estou, como é óbvio, a referir-me ao comportamento histórico consistente da elite dirigente da comunidade africana.

Como tive ocasião de oportunamente discutir, o sistema-mundo em que vivemos, um mundo cada vez mais interligado e com uma estrutura que pouco tem a ver com a ideia, interessante de um ponto de vista heurístico, de um centro, uma semiperiferia e uma periferia, tudo rodeado por uma área externa (como que uma reserva para eventual futura expansão), é-nos normalmente apresentado, ainda que de uma forma implícita, como se fosse um sistema aberto. Verificámos, pelo contrário, que se nos apresenta antes como um sistema fechado, de fronteiras invisíveis, porque de dimensão planetária, onde um conjunto de diversos actores sociais colectivos actua de forma embrionaria-

mente coordenada. Entre esses actores sociais colectivos, devemos chamar a atenção para dois tipos fundamentais: os governos nacionais e as empresas. Há certamente outros actores importantes, desde as ONG de diversíssima orientação, até às chamadas organizações inter-estatais, de que o conglomerado Nações Unidas é o exemplo paradigmático. No que diz respeito à questão inicial, ou problema científico, avançada na abertura deste livro, somos levados a concluir que, para o conjunto de entidades ou instituições sediadas ou localizadas na África do Sul, designadamente as empresas nacionais e multinacionais com operações no território, há a tendência para que as empresas determinantes se comportem como se estivessem num país do centro, isto para utilizarmos a terminologia própria da escola do sistema-mundo. Como tive ocasião de assinalar, um número significativo de empresas multinacionais tende a localizar a África do Sul na Europa do Noroeste, juntamente com a Grã-Bretanha, a Irlanda e a Holanda, não delegando nas empresas filiais ou subsidiárias na África do Sul qualquer papel significativo de controle das operações nos países vizinhos ou da sua periferia. Por outras palavras, para as MNC, a África do Sul não é um país da semiperiferia. Por outro lado, se considerarmos, quer os fluxos sociais, migratórios e económicos entre a África do Sul e os países do centro, quer os mesmos fluxos entre a África do Sul e os países seus vizinhos, somos levados a concluir que à escala da região geográfica onde se encontra, a África do Sul tende a desempenhar o papel de «centro regional de atracção», quer de trocas quer de migrações em busca de oportunidades (tal como a Europa e os EUA fazem para os territórios que lhes são de mais fácil acesso). Uma análise mais fina leva-nos a concluir que, embora havendo um elevado grau de integração da África do Sul na economia mundial, a forma e o conteúdo dessa integração não permite classificar a África do Sul como um país semiperiférico. Se utilizarmos a terminologia (e a estrutura que lhe está subjacente), da escola do sistema-mundo, devemos antes concluir que a África do Sul é simultaneamente um país do centro, da semiperiferia e da periferia, havendo mesmo a hipótese de se considerar a existência (no território da África do Sul) de uma *external arena*. Essa não foi no entanto a posição por mim aqui defendida.

Como penso ter demonstrado, a abordagem sistémica permite classificar a região central da África do Sul, como um pólo de atracção regional. No contexto da África Austral, a região de Gauteng representa, por exemplo, o equivalente ao da metrópole paulista no Brasil. Refira-se aliás que, como assinalámos, a África do Sul e o Brasil partilham a dúbia posição de «campeões mundiais da desigualdade», pelo que os respectivos centros de actividade económica acabam por funcionar como centros locais de atracção, o que não é a mesma coisa que serem semiperiferia, pelo menos no sentido em que se entende esta expressão na abordagem convencional da escola do sistema-mundo.

No que diz respeito, quer às causas do *apartheid*, quer ao desmantelamento do regime, quer ainda ao modo da transição para a democracia, a análise sistémica e a abordagem institucional que procurámos adoptar, leva-nos a conclusões algo distintas daquelas que encontramos na literatura e que foram por nós recenseadas. Pensamos ter esclarecido que, quer os autores de pendor liberal, quer os autores da escola marxista, cometem o erro de subsumir a nação africânder no agregado mais abrangente da África do Sul branca. Enquanto uns interpretavam o *apartheid* fundamentalmente como uma excrescência do isolacionismo africânder, outros interpretavam esse regime como um projecto da classe capitalista como um todo para, com base na sobreexploração dos trabalhadores negros, se deslocar para cima na cadeia global de acumulação. Entretanto, a esse respeito, discutimos brevemente a polémica à volta do processo de «industrialização por substituição de importações». A esse respeito, julgo ter demonstrado que a ideia prioritária dos capitalistas sul-africanos não era de todo a industrialização por substituição de importações. Esta política de industrialização está historicamente associada à ideia de semiperiferia, conceito que, por sua vez, está também associado às teorias da dependência e ao esforço de determinados estados em subir na hierarquia da rede de cadeias de criação de valor, incorporando localmente cada vez mais trabalho (e este cada vez mais qualificado) na sua produção interna e para consumo interno, levando eventualmente à produção competitiva de produtos para exportação. Como vimos não foi esse, de todo, o caso da África do Sul.

A industrialização que ali se verificou foi, desde sempre, associada e dependente da actividade mineira. No caso do capital de origem inglesa imperial, a motivação foi sempre a realização das mais-valias produzidas, não por uma venda de produtos à generalidade dos trabalhadores sul-africanos, mas sim primordialmente pela venda dos produtos de origem mineira nos mercados internacionais. Já no caso do capital de origem africânder (e, como vimos, esse capital esteve sempre intimamente associado ao Estado), a ideia foi sempre e teimosamente alcançar a paridade com o capital inglês. O que nos leva a concluir que, por esta linha de abordagem, a África do Sul não seria representativa de um país da semiperiferia. Por outro lado, a própria dimensão e papel estruturante da indústria mineira, organizada em torno da poderosa Câmara das Minas (a qual engloba os seis grandes eixos do capital sul-africano) levam a que a consideração básica dos factores de produção aqui envolvidos – capital, trabalho e tecnologia – induza a concluir pela naturalidade de um processo de industrialização determinado pela actividade primária e não pela substituição de importações. Ou seja, e em conclusão, a industrialização por substituição de importações não foi bem sucedida, porque não estava nas prioridades da liderança africânder.

Ao longo da investigação relativamente ao posicionamento da África do Sul na estrutura do sistema-mundo, cedo constatámos que a questão que verdadeiramente se nos colocava (e que foi aquela que acabámos por investigar), era a caracterização do processo através do qual determinado segmento das elites africânderes se propunha alterar o seu próprio modo de inserção nessa estrutura. Partimos, assim, para a investigação do modo como os dirigentes africânderes se propuseram e conseguiram alcançar o seu objectivo primordial que era o da sua inserção na economia mundial em pé de igualdade com os ingleses (os da África do Sul e os de fora). Assim sendo, no que diz respeito ao objectivo fundamental e primário dos grupos dirigentes da comunidade ou nação africânder, objectivo esse explicitamente formulado em diversas ocasiões e que aqui se viu traduzido pela expressão *alcançar a paridade social e económica com a comunidade inglesa na África do Sul*, conclui-se que tal objectivo foi amplamente alcançado.

Abordou-se também o grau de interpenetração entre os grupos de capital inglês e africânder no que diz respeito à posse e ao controle de gestão das maiores empresas de origem sul-africana, grau de interpenetração que se consolidou durante a década de 80. Verificámos ainda que a estrutura actual do sistema-mundo se caracteriza pela existência determinante de algumas centenas de grandes empresas multinacionais que se constituem numa entretecida rede de relações de produção e distribuição de riqueza e alocação de recursos, funcionando também e sobretudo como gigantescos e flexíveis canais de comunicação e transmissão de fluxos financeiros à escala planetária. Foi assim que a elite dirigente africânder, através da conquista e manutenção do poder político, veio a ter ao seu dispor os meios necessários e suficientes para, ao fim de três gerações de recolha de excedentes (ou poupanças) e sua acumulação concentrada em algumas poucas empresas ou conglomerados, poder iniciar o desmantelamento do regime de *apartheid*. O indicador mais elucidativo que pudemos encontrar da utilização do fenómeno da globalização neo-liberal, pela elite sul-africana de origem africânder para beneficiar da sua plena integração no capitalismo internacional, foi a permissão obtida do governo sul-africano, entre 1999 e 2001, para que algumas das maiores empresas sul-africanas (algumas delas antigos bastiões do poder económico africânder então em ascensão), pudessem transferir a sua sede de capitalização bolsista da Bolsa de Valores de Joanesburgo para Londres.

Resumindo, em primeiro lugar, não é analiticamente eficiente perspectivar a África do Sul como um país da semiperiferia, em segundo lugar, as elites africânderes conseguiram o seu objectivo histórico, utilizando para isso o poder político e conglomerados empresariais lançados e apoiados pelo Estado, em terceiro lugar, foi utilizado o regime de *apartheid* como um instrumento

funcional na prossecução daquele objectivo. Uma vez alcançado o seu objectivo histórico, os africanos procederam ao desmantelamento do *apartheid*. Finalmente, a janela de oportunidade surgiu com a aceleração do processo de globalização e quase total mobilidade dos factores relevantes (para os africanos) que esse processo propiciou.

Para concluir este conjunto de reflexões sobre os objectivos que me propus, assim como as conclusões a que podemos chegar, é ainda necessário verificar a questão do comportamento da taxa de lucro e do seu reflexo no processo histórico por nós aqui analisado. Referi no texto a crise sistémica, iniciada nos primeiros anos da década de 70, e que teve reflexos diversos nos diferentes países. Referi não só o carácter tendencial da chamada lei da queda tendencial da taxa de lucro, assim como a sua natureza sistémica. Ou seja, os seus efeitos visíveis ao nível dos lucros das empresas ou da evolução dos preços nos mercados, tendem a assumir características distintas e temporalidades desfasadas de país para país. No caso da África do Sul, ao assinalarmos o seu carácter de gigantesco campo mineiro, assim como a dimensão dos projectos mineiros, pudemos verificar que tem sido o carácter estruturante da actividade mineira e a ocorrência de alguns projectos de grande dimensão, aquilo que veio a explicar o facto de os efeitos daquela tendência profunda para a queda da taxa de lucro, só se terem verificado na África do Sul com cerca de dez anos de atraso relativamente aos primeiros sinais observados nos países mais avançados.

10.4 Reflexões e hipóteses de investigação adicional

A respeito do actual posicionamento da África do Sul, independentemente de se adoptar uma abordagem wallersteiniana ou uma abordagem do tipo por mim aqui esboçada, pode-se argumentar que a estratégia africano pouca importância teve para a definição do lugar da África do Sul no sistema-mundo, na medida em que o resultado final teria provavelmente sido o mesmo com a continuidade do domínio do capital inglês.

Isto não deixa de ser verdade no que diz respeito ao plano externo, mas importa assinalar que, sem a estratégia africano por mim aqui discutida, a configuração interna da África do Sul seria certamente outra, pelas razões por mim apontadas ao referir a tendência intrínseca do sistema, para o aprofundamento de desigualdades entre os participantes de uma economia, na ausência de um pensamento regulador. A esse respeito, poder-se-ia investigar a hipótese de a África do Sul não ter ainda reunidas as condições para ser, quer uma Coreia do Sul (com exportação de produtos industriais com carácter competitivo à escala mundial), quer um Brasil (com exportações variadas e um mercado interno cerca de quatro vezes maior e capaz de alimentar um processo de de-

envolvimento auto-sustentado e de cariz endógeno). As diferenças assinaladas relativamente a estes dois outros países merecem ainda alguma reflexão adicional.

Ao abordarmos as teorias da empresa e ao considerarmos a sua competitividade devemos ter em conta dois ou três grandes factores: o capital (em termos simplificantes, as «máquinas e equipamentos»), o trabalho (em termos também simplificantes, os operários, empregados, técnicos e quadros) e a tecnologia (quer sob a forma de «métodos e processos de trabalho», quer sob a forma de «conhecimento incorporado nos equipamentos»). Digo dois ou três grandes factores, justamente pela razoável complexidade de um exercício de classificação dos diversos factores envolvidos o que, como é natural, extravasa os objectivos deste livro. O que importa aqui salientar são as diferenças no comportamento destes diversos factores no contexto da globalização, por um lado e, por outro, no processo de acumulação e expansão capitalista, na África do Sul. Em termos muito simples, o problema põe-se desta maneira: enquanto o «capital» tem uma mobilidade cada vez maior – quer sob a forma financeira (e aí a mobilidade é hoje quase total e sem restrições ou custos significativos) –, quer sob a forma de máquinas e equipamentos (desde que tal seja do interesse dos detentores do capital), o factor «trabalho» continua (apesar de tudo) bastante restringido na sua movimentação. Em particular, no caso da fracção menos qualificada. Assinale-se que esta situação é relativamente nova e inversa daquela que se encontrava nos alvares da industrialização. Em todo o caso, aquilo que nos importa aqui assinalar é justamente o facto de que esta mobilidade acrescida dos factores tem levado a uma também crescente tendência global para a igualização das diferentes manifestações externas, visíveis ou superficiais, da taxa de lucro. Ao referirmos a mobilidade dos factores, devemos também sublinhar a interdependência crescente entre todas as partes do sistema-mundo, assim como, a nível interno dos diversos países ou regiões, entre os diferentes grupos ou actores sociais envolvidos.

Se considerarmos o percurso prosseguido ao longo das décadas do poder político africânder, pelas suas elites dirigentes, verificamos que estas foram gradualmente ascendendo a um posicionamento social de classe que acaba por corresponder às categorias acima indicadas de proprietários de capital, técnicos e quadros, dotados de uma mobilidade para quem a geografia deixa de ser um factor determinante. No caso do «capital máquina», a mobilidade ainda vai sofrendo alguns controles, mas que, em todo o caso, sempre terá o problema logístico do transporte. No caso do «trabalho» a mobilidade é mais relativa. Os técnicos e quadros directivos (em número relativamente reduzido) são facilmente transportáveis de um para outro ponto do globo. A globalização e os pragmáticos *crash courses* em «dinâmica cultural» vão-se paulatinamente

encarregando de aplanar diferenças e barreiras à comunicação entre grupos. Já no caso dos operários e empregados o caso é diferente. Enquanto o capital, os técnicos e quadros directivos facilmente se deslocam para os locais onde (por diversas razões) se devem executar as tarefas laborais (quaisquer que elas sejam), no caso dos operários e empregados, são as tarefas que se deslocam ao seu encontro.

A respeito da mobilidade de factores propiciada pela globalização, poder-se-ia ainda reflectir sobre o facto de a abordagem da escola do sistema-mundo ter historicamente surgido num período em que a prática dominante para as maiores empresas de cada país do centro, ser a exportação de produtos acabados, os quais eram, por sua vez, importados por empresas locais (a burguesia compradora) em cada país da periferia ou semiperiferia. Como é natural, estamos aqui perante uma questão eventualmente merecedora de uma posterior investigação, na qual se procure esclarecer as relações de causa e efeito entre a evolução da estrutura organizacional das grandes empresas mundiais, a evolução da tecnologia subjacente e a evolução de uma teoria da estrutura do próprio sistema-mundo.

10.5 Um esboço de futurologia?

Em rigor não se pretende aqui fazer um esboço sobre o futuro próximo (ou remoto) do país a que o arcebispo Desmond Tutu chamou «Nação Arco-Íris». Qualquer exercício de futurologia é, no mínimo, arriscado, mesmo em situações de razoável 'normalidade' e em sociedades consolidadas e com economias evoluindo de modo estabilizado, pois o número de variáveis e factores intervenientes, não sendo infinito, é pelo menos, indefinido.

No caso da África do Sul, uma «comunidade nacional» em formação sobre os escombros de várias tentativas falhadas de «consolidação nacional» separada (as repúblicas bôeres e os bantustões, por exemplo...), qualquer esforço de futurologia seria um trabalho protocientífico, necessariamente condenado, à partida, a um elevado grau de probabilidade de falhanço. Assim sendo, limitar-me-ei aqui a um alinhamento de problemas objectivos com que se defronta a África do Sul nos primeiros anos do século XXI. A começar pela sua inserção plena na economia global e o modo de inserção em que se destaca, primordialmente, o fornecimento de matérias-primas que, em conjugação com um elevado grau «intensidade de capital» na respectiva estrutura produtiva, coloca à África do Sul *um gravíssimo problema de desemprego estrutural e sistémico*. Digo «estrutural», porque o emprego nas operações mineiras tenderá a estabilizar ou mesmo a reduzir-se com os ganhos de produtividade operacionais, resultantes de continuadas inovações tecnológicas. Digo «sistémico», porque

a inserção plena no sistema-mundo global, com a redução sistemática de barreiras ao comércio mundial, coloca à África do Sul problemas de competitividade, quer na exportação de produtos manufacturados (ou de elevado valor acrescentado), quer por via da importação de produtos para satisfação das necessidades crescente de consumo, apresentados no mercado interno a preços mais competitivos. Ainda como herança do regime de *apartheid*, o desemprego tenderá a atingir, sobretudo, a população negra, podendo atingir os 40%. Em consequência deste facto objectivo e, para já, incontornável, continuará a haver uma tendência, dificilmente controlável, para o aumento da criminalidade, atingindo números muito acima dos registados em megalópoles, habitualmente referenciadas como tendo «elevado grau de periculosidade», como São Paulo, Rio de Janeiro ou a Cidade do México. Um outro aspecto a considerar será a problemática do HIV/Sida e sua propagação, pois esta doença atinge já cerca de 5.000.000 de habitantes, na sua esmagadora maioria de raça negra. Em algumas províncias em redor de Gauteng, a incidência de Sida entre mulheres grávidas chega a atingir os 30%.

Assim sendo, é razoável estimar que a pirâmide de idades da África do Sul venha a apresentar um enorme vazio nas coortes mais afectadas. Desenhar-se-á um cenário de grande conflitualidade latente, com a possível reemergência de forças centrífugas por parte de etnias mais consolidadas do ponto de vista territorial. Por outro lado, a emergência de uma forte burguesia negra, largamente cooptada pela, até aqui, predominante burguesia de ascendência europeia, poderá dar origem a situações de conflito em que o factor «classe social» prevaleça sobre o factor de identificação étnica. Lembre-se a esse respeito a continuada situação de grande distanciação económica e social no que diz respeito à distribuição da riqueza, situação essa que se traduz por um coeficiente de Gini extremamente elevado. Assim sendo, configura-se como muito provável o cenário de desagregação e recomposição do actual esquema partidário, com o ANC a converter-se numa arena de viva disputa política, na medida em que é aí que, por enquanto, convivem e se confrontam interesses sociais cada vez mais díspares. Haverá ainda a considerar o problema da propriedade da terra, com particular incidência sobre o tema candente da reforma agrária. A questão aí será de procurar resolver a tensão latente entre, por um lado, o aproveitamento – por parte da sociedade como um todo – da tecnologia agrária de que dispõem alguns milhares de fazendeiros agrícolas e, por outro lado, a necessidade de trabalho por parte de milhões de ex-camponeses hoje, de facto, sem terra. Um problema, aliás, comum a outras regiões do globo.

Para concluir estas reflexões finais, apenas uma brevíssimo apontamento sobre a tendência do sistema, quando entregue a si mesmo, para o agravamento das desigualdades sociais. A política de cooptação das elites negras, por

parte das elites empresariais e políticas anteriormente brancas, permitiu criar, para estas lideranças, uma espécie de almofada que vai amortizando conflitos sociais de «ordem étnica». Tal não impede, no entanto, o agravamento de conflitos sociais *tout court*. É assim que não será surpresa alguma que as taxas de criminalidade, em particular da criminalidade violenta, tenda a aumentar na África do Sul. Esse aumento de criminalidade será apenas uma das manifestações visíveis de uma anomia social crescente, a qual será sempre susceptível de ser camuflada ou ‘canalizada’ para outros ‘inimigos’, quer por via do fetichismo das indústrias do lazer, quer por via da identificação de outros bodes expiatórios que não os dirigentes nacionais. Importa também referir o papel determinante da África do Sul na construção da SADC – *South African Development Community*, e a sua participação em fóruns internacionais, como o caso do G-3, e a busca de algum protagonismo na construção da União Africana. Não creio que estes vectores de actividade política venham a ser suficientes para esconder os problemas objectivos e estruturais da sociedade sul-africana.